

ANEXO II

Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo III do RJCPRAA (Fase de Adjudicação)

(Nos termos do n.º 2 do artigo 40.º do RJCPRAA)

Nome: _____

N.º de Documento de Identificação: _____

Morada: _____

Na qualidade de representante legal de:

Entidade / Firma / Agrupamento: _____

N.º de Identificação Fiscal (NIF): _____

Sede / Endereço: _____

Adjudicatário(a) no procedimento de:

Designação ou referência ao procedimento: _____

Declaro, sob compromisso de honra e para efeitos do disposto no **Código dos Contratos Públicos**, da legislação relativa ao **Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)** e do **Regime Jurídico da Contratação Pública nas Regiões Autónomas (RJCPRAA)**, que a minha representada:

- a) **Não se encontra em estado de insolvência**, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios, nem com processo pendente;
- b) **Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional**;
- c) **Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista** na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na redação atual, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
- d) **Não foi objeto da sanção acessória** prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho;
- e) **Não foi objeto de sanção administrativa ou judicial, há menos de dois anos**, por utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada, em Portugal (ou no Estado onde esteja sediada);
- f) **Não prestou, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico** na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe conferisse vantagem que falseasse as condições normais de concorrência;
- g) **Não se encontra em incumprimento de obrigações em matéria ambiental**, de acordo com normativos internacionais, comunitários, nacionais ou regionais, que tenha dado lugar a sentença administrativa ou judicial transitada em julgado, salvo se entretanto tiver ocorrido a devida reabilitação;
- h) **Não incorreu em deficiências significativas ou persistentes** na execução de aspeto essencial de contrato público anterior celebrado com a entidade adjudicante, que tenha conduzido à sua

resolução por incumprimento, à condenação por responsabilidade civil ou a outras sanções contratuais ou legais;

i) **Não diligenciou, por si ou por terceiro, no sentido de influenciar indevidamente a decisão de contratar**, obter informações confidenciais ou prestar informações erróneas, com dolo ou negligência, suscetíveis de influenciar decisões procedimentais.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica:

(endereço do sítio da Internet para consulta)(9)] os documentos comprovativos de que a sua representada não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — Declaro ainda ter **pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação** e constitui **contraordenação muito grave**, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, podendo originar a **sanção acessória de privação do direito de participação em procedimentos de contratação pública**, sem prejuízo da eventual participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Local/Data: _____

Assinatura: _____